



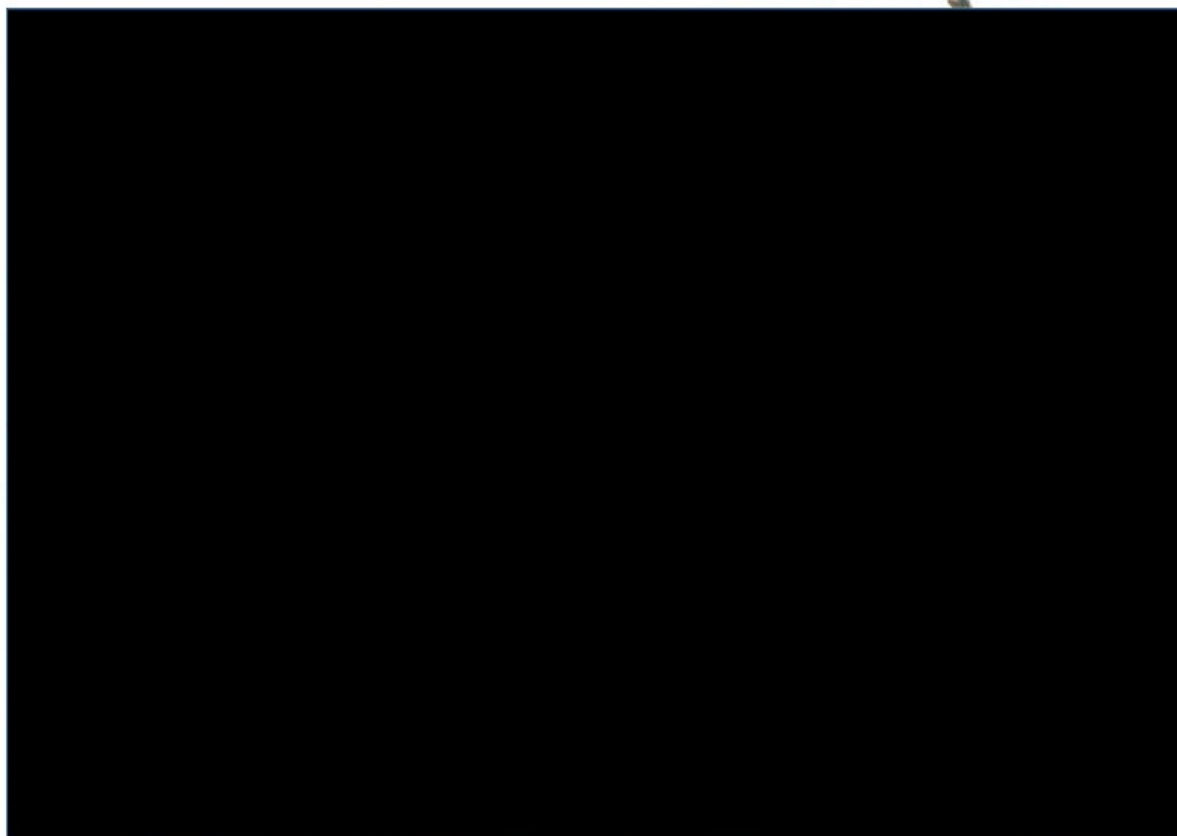
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA – FAZENDA DO [REDACTED]

PERÍODO: 08/12/2015 À 17/12/2015.

LOCAL – PACAJÁ-PA

ATIVIDADE: 0151-2/01 – CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 3° 50.153'S 50° 38.314'O

OPERAÇÃO: 92/2015

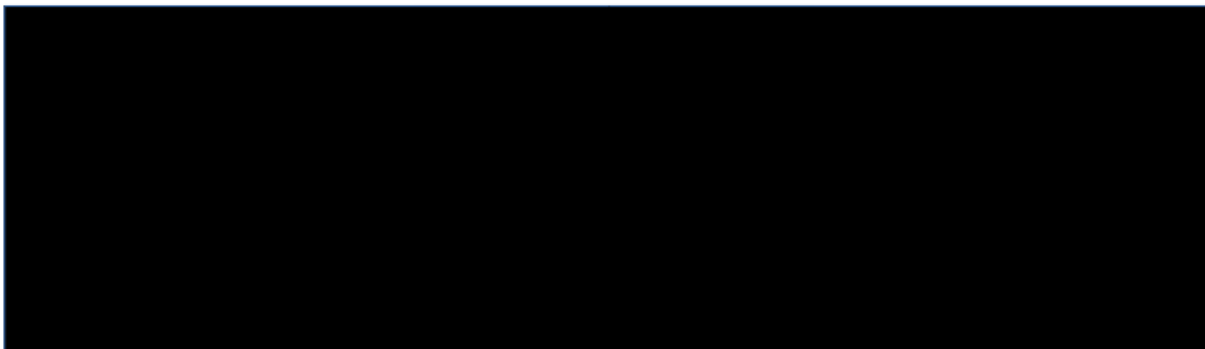
SISACTE: 2251

ÍNDICE

I - DA EQUIPE.....	03
II - DA MOTIVAÇÃO.....	04
III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO.....	05
IV - DO RESPONSÁVEL.....	06
V - DA OPERAÇÃO.....	07
1 - Da Ação Fiscal.....	07
VI - DA CONCLUSÃO.....	08

I - DA EQUIPE

1.1- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



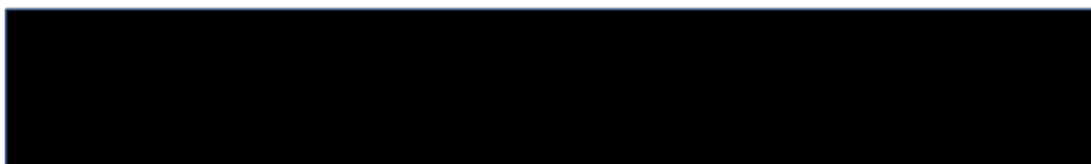
1.2 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



1.3 – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO



1.4 - POLÍCIA FEDERAL



II - DA MOTIVAÇÃO

O Grupo Especial de Combate ao Trabalho Escravo - GEFM, constituído por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Ministério Público do Trabalho, representante da Defensoria Pública da União e Policiais Federais, foi destacado para averiguar denúncia em desfavor da Fazenda do [REDACTED] no município de Pacajá-PA, onde trabalhadores estariam submetidos a condições análogas a de escravo.

III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO

- SISACTE: 2251
- Local da diligência: Fazenda Nossa Senhora Aparecida – Rod. BR 230 – Vicinal 243 – 14 Km da Faixa – Pacajá – PA – Matr. CEI: 5122896682-81
- Proprietário da Fazenda: [REDACTED]
[REDACTED]
- Resultado: NÃO HAVIA EMPREGADOS LABORANDO NO LOCAL

IV- DO RESPONSÁVEL

- PROPRIETÁRIO: [REDACTED]
- CPF: [REDACTED]
- PROPRIEDADE: Fazenda Nossa Senhora Aparecida
- CEI: 5 [REDACTED]
- ATIVIDADE: 0151-2/01 - Criação de bovinos para corte
- LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE: [REDACTED]
[REDACTED]

V - DA OPERAÇÃO

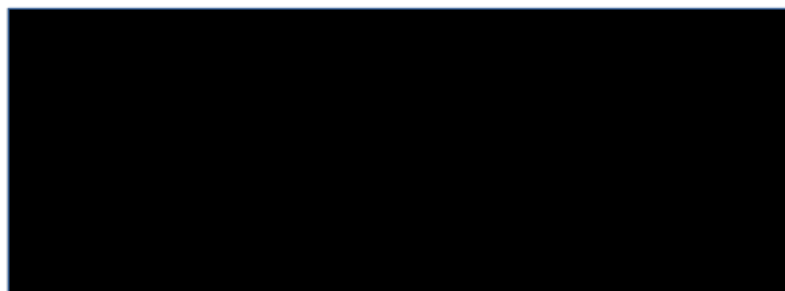
1 - Da Ação Fiscal

Em ação fiscal do Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM, constituído por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, representante do Ministério Público do Trabalho, representante da Defensoria Pública da União e Policiais Federais, iniciada em 09/12/2015, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, não foram constatados trabalhadores laborando propriedade. Em entrevista o proprietário da fazenda informou que os únicos 2(dois) trabalhadores da fazenda pediram para serem dispensados do serviço. Um deles era vaqueiro e o outro roçava o pasto. O proprietário também informou que os dois trabalhadores quando da época da dispensa estavam fazendo cerca na fazenda. A equipe vistoriou o alojamento dos trabalhadores, considerado satisfatório, coletou dados da fazenda e do proprietário e da rescisão dos trabalhadores e deu por encerrada a fiscalização por falta de objeto.

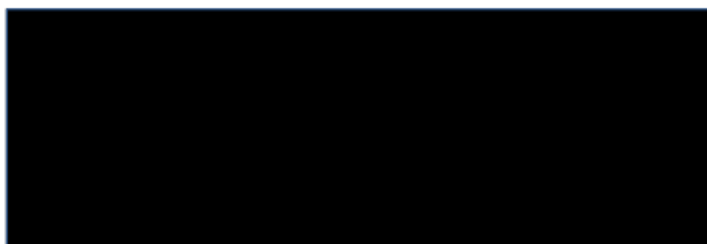
VI - CONCLUSÃO

A denúncia é, no tempo que foi atendida, IMPROCEDENTE no que tange as práticas que caracterizam o trabalho em condições degradantes, nem tampouco as condições encontradas no local de trabalho justificam resgate de trabalhador, nos termos do artigo 2º da Lei 7.998/90.

Santa Maria-RS, 21 de dezembro de 2015.



Coordenador de Grupo Móvel



Subcoordenador de Grupo Móvel